

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

LAILA CAROLINE PEREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E IGREJA NOS ASSUNTOS
EDUCACIONAIS: um olhar para a cidade de Ouro Preto na Primeira
República.**

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Graduação em
História.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Marta Emisia
Jacinto Barbosa

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - 2011

COCH/UFU
Correspondência Recebida
em 16/12/2011
[assinatura]

4134

TC 5.08 (c)

LAILA CAROLINE PEREIRA

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E IGREJA NOS ASSUNTOS
EDUCACIONAIS: um olhar para a cidade de Ouro Preto na Primeira
República.**

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Graduação em
História.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Marta Emisia
Jacinto Barbosa

Monografia aprovada em _____.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira

Prof^ª. Karine Marins Amaral Cruz.

Prof^ª Dra. Marta Emisia Jacinto Barbosa (Orientadora)

Dedico este trabalho a minha adorada mãe,
o grande amor de minha vida.

Agradecimentos

Este trabalho significa o fechamento de um ciclo, a partir de agora deixo de ser estudante universitária para ser uma profissional da área de História. Quero agradecer àqueles e aquelas que contribuíram na minha caminhada, me fazendo chegar até aqui.

Primeiro, agradeço meus pais. Cujo carinho sempre me deu forças para continuar, mesmo que as pedras fossem demasiado pesadas. Edmar este diploma é para você.

Ao professor Wenceslau Gonçalves Neto, por ter me acolhido como sua orientanda de Iniciação Científica e por ter sido o exemplo de caráter e honestidade intelectual que me inspirará por toda a vida.

A professora Marta Emisia Jacinto Barbosa, por ter aceitado a empreitada de me orientar nesta última etapa da monografia. Mas, mais ainda, por ter me possibilitado a convivência (dentro e fora da sala de aula) que me fez acreditar que ainda existem profissionais éticos no campo da História.

Meu irmão Daniel, por entender as minhas maluquices constantes e mais ainda as de fim de curso, por sempre me apoiar. Fábio e Juninho, mesmo longe saber do amor de vocês sempre me acalentou.

Aos meus amigos e amigas: Fernanda Dino, distante quilômetros, mas próxima de coração. Letícia, sempre ali ao lado pro que der e vier. Rafael Girino, as brigas constantes são compensadas pelo companheirismo. Leonardo Latini, este trabalho não seria o mesmo sem as suas dicas. Munis, me inspirar a ser uma pessoa e uma intelectual melhor. Ryhã, por ter feito desta uma graduação mais divertida. Michelly, pelo exemplo. Carol, por estar ao meu lado na parte mais difícil desta jornada.

Arthur Rebellato, obrigada pelas horas lendo meu texto e me dando dicas. Sem você eu não teria chegado até aqui. Seu amor me inspira a tentar o meu melhor todos os dias.

Aos professores e professoras: Regina, Dilma, Ivanilda, Leandro, Deivy, Heloísa. Espero, um dia, ser um décimo do que vocês são.

SUMÁRIO

Introdução – p. 7

Capítulo I – As relações entre Estado e Igreja no Brasil República: breve panorama nas condições que apresentavam para a Igreja Católica no Século XIX – p. 12

1.1 Estado e Igreja Católica no Contexto Nacional – p. 12

1.2 Estado e Igreja em Minas Gerais – p. 19

Capítulo II – Padre na política: a atuação do Padre Camillo Velloso na cidade de Ouro Preto – p. 27

2.1 Relações entre Estado e Igreja Católica na cidade de Ouro Preto: a atuação de Camillo Velloso – p. 27

2.2 As relações entre Igreja, Estado e Educação nas atas da Câmara Municipal da cidade de Ouro Preto – p. 32

Considerações Finais – p. 44

Fontes – p. 47

Referências Bibliográficas – p. 48

RESUMO

O presente trabalho segue como desdobramento de pesquisa anterior, em que foram transcritas atas da Câmara Municipal de Uberabinha (atual Uberlândia/MG). Nesta pesquisa constatou-se que as primeiras leis criadas no município tratavam da instrução pública. Com isso surgiu o interesse em analisar como ocorreu a criação das primeiras leis sobre a educação pública em outros municípios de Minas Gerais. Analisando as atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, nos anos de 1892 a 1894, chamou-nos a atenção a atuação do Padre Camillo Velloso nos assuntos relativos à educação. Tendo em vista o processo de secularização do Estado brasileiro imposto pela Proclamação da República em 1891 e a suposta autonomia dos municípios, decidimos investigar a atuação da Igreja Católica e do Estado brasileiro nos assuntos educacionais da Primeira República, no âmbito local. A fim de compreender em que medida as relações entre Estado e Igreja Católica no âmbito local estavam em consonância com o que fora determinado na Constituição Federal de 1891. Para isso tomamos a cidade de Ouro Preto.

PALAVRAS CHAVE: Educação, Igreja Católica, Estado.

Introdução

Antes de iniciar a discussão a que se pretende este trabalho monográfico cabem algumas considerações sobre quando e porque este trabalho teve início.

No ano de 2007 concorri a uma bolsa de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “A Formação do Município Pedagógico e a Descentralização do Ensino Brasil: análise de alguns municípios de Minas Gerais no início da República (1889-1906), sob orientação do Professor Wenceslau Gonçalves Neto. Este trabalho é um dos vários desdobramentos daquele projeto de Pesquisa.

Aquele projeto era continuidade de outra pesquisa em que foram transcritas atas da Câmara Municipal de Uberabinha (atual Uberlândia). Através da transcrição das atas constatou-se que as primeiras leis criadas no município tratavam da instrução pública. Desse modo surgiu o interesse em analisar como ocorreu a criação das primeiras leis sobre a educação pública em outros municípios de Minas Gerais frente à descentralização do ensino no final do século XIX e início do século XX; mais precisamente entre 1889 e 1906, não se detendo obrigatoriamente nesse período.

Com descentralização da gestão da educação formou-se o que podemos chamar de “município pedagógico”, ou seja, uma entidade político-administrativa responsável pela organização e regulamentação do ensino em âmbito local. O projeto inicial compreendia alguns municípios do Estado, dentre eles Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Ouro Preto e Araguari, porém realizou-se uma subdivisão, cabendo à pesquisadora que aqui se apresenta o município de Ouro Preto.

Tendo as imagens já digitalizadas de atas do Conselho da Intendência Municipal e da Câmara Municipal de Ouro Preto, entre os anos de 1889 e 1894, iniciei o processo de transcrição desse material. Através do contato com os referidos documentos tive a oportunidade de começar a perceber como se dava a participação dos vereadores e intendentes na formulação e aprovação das leis referentes ao município, e principalmente naquelas relacionadas à educação.

Várias discussões chamaram minha atenção, tais como o conflito de interesse entre os setores público e privado na criação de escolas e do material didático. Um exemplo desse conflito é a indicação por um Intendente de nome Borja de que fosse utilizado pelas escolas o material didático elaborado pelo também Intendente Agostinho Penido:

Pelo Intendente Doutor Borja, foi apresentando uma indicação para que a Intendencia faça aquisição de mil exemplares do methodo de leitura rapido do Doutor Agostinho Penido a rasão de um mil reis cada um (tem algo escrito com letras pequenas por cima da escrita normal) para serem distribuidos aos meninos pobres deste municipio. Aprovado, ficando dependente de verba especial no orçamento.¹

Apesar de numa primeira discussão essa questão ficar pendente por falta de orçamento ela volta outras vezes para pauta, sendo por fim aprovada. Não fica claro o conluio desses dois intendentes na tentativa de impor a compra do material didático. Mas o comportamento do Intendente Agostinho Penido pode ser visto com dubiedade na medida em o material didático por ele elaborado pode ter sido aprovado justamente por exercer ele também a função de Intendente.

Além dessa, outra questão que me despertou interesse foi a higienização como forma de conduta nas escolas, sendo até critério de avaliação e atribuição de nota no currículo das instituições de ensino desse período. Neste sentido há ainda outras discussões e pautas da Intendência e da Câmara Municipal, mas que não cabe aqui análise, pois não é esta a pretensão desse trabalho.

Acompanhando as discussões sobre educação e a participação dos vereadores um dos membros da câmara destacou-se, o vereador Padre Camillo Lellis Ferreira Velloso devido à quantidade de sugestões e a ativa participação no processo de organização do ensino na cidade de Ouro Preto. Frente a essa intensa atuação do referido Padre algumas indagações começaram a surgir. Tais como: até que ponto a atuação de Velloso foi condicionada pelo fato de ele também ser um padre? Em que medida suas ações como vereador estavam em consonância com a atuação da Igreja Católica no período aqui estudado? E por fim, mas não menos importante, como os demais vereadores reagiram às intervenções do padre?

Não é possível afirmar, apenas através de sua contribuição nas discussões realizadas na Câmara sobre a regulamentação do ensino em Ouro Preto, que o Padre Camillo Velloso representava a vontade da Igreja Católica. Portanto para que pudesse perceber o quanto sua função religiosa influenciou suas decisões como vereador foi preciso ir além das atas da câmara e procurar também as formulações no âmbito da Igreja Católica que tratavam da educação nos anos iniciais da República.

¹ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 13 de junho 1891 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

A partir daí decidi aprofundar um pouco mais a investigação e procurar compreender não só a sistematização do ensino, mas qual a importância da participação da Igreja Católica nesse processo. Até que ponto a Igreja influenciou, ou não, a sistematização do ensino na então capital do estado de Minas Gerais.

Em primeiro contato com os estudos historiográficos sobre a temática Igreja e Educação no período da Primeira República pude constatar que a grande maioria tem um foco mais geral, procurando entender as relações entre as instituições católicas e a regulamentação do ensino em âmbito estadual ou nacional². Assim, por acreditar na importância de se compreender como se deu ordenação do ensino não só em escala maior, mas também na esfera local e regional, é que pretendo desenvolver esta pesquisa.

Apesar da ênfase na cidade de Ouro Preto, e na figura de Camillo Velloso, não me detenho no estudo localizado deste município, procuro relacionar o desenvolvimento do sistema de ensino desta localidade com o processo de sistematização da educação no Brasil. Partindo do âmbito local para entender as especificidades que compuseram a disseminação da organização educacional do país no fim do século XIX e início do século XX; e até que ponto a Igreja Católica influenciou este processo, em que momento teve sua ação reduzida, ampliada ou limitada.

Não tencionei neste trabalho o uso de uma estrutura metodológica previamente estabelecida, nem o uso de conceitos pré-determinados, muito pelo contrário, tive a intenção de desenvolver uma história problema. Os conceitos aparecem muito mais como questões a serem discutidas e analisadas do que soluções aplicáveis como amparo metodológico. Para tanto, utilizo-me do que já havia sido proposto por Thompson (1981) no que se refere às limitações do conhecimento histórico, ou seja, reconheço que este tipo de conhecimento é sempre incompleto e inacabado.

Thompson (1981) aponta para possibilidade da produção do conhecimento histórico sem necessariamente nos atermos as “macro-explicações”, não tenho a pretensão de explicar todo o processo de sistematização do ensino brasileiro; intento um recorte no tempo e no espaço para que do âmbito local possa fazer paralelos com os acontecimentos nacionais buscando a compreensão de como o nacional influencia o local e vice-versa.

² É preciso, contudo, apontar o rico trabalho, no âmbito da história local e regional, que tem sido realizado pelo Núcleo de Pesquisa em História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, principalmente aqueles orientados pelos professores Carlos Lucena e Wenceslau Gonçalves Neto.

Sobre o uso historiográfico das fontes Thompson aduz que “um historiador está autorizado, em sua prática, a fazer uma suposição provisória de caráter epistemológico: a de que a evidência que está utilizando tem uma existência “real” (determinante) independente de sua existência nas formas de pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou alguma compreensão aproximada dele) é o objeto do conhecimento histórico”³ e ainda que “a evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada por mentes treinadas numa disciplina de desconfiança atenta” (p. 38), ou seja, a existência do documento como fonte para o conhecimento histórico é inegável, no entanto como tal ele não serve como prova do passado, não é possível apenas tomando o documento em si chegar ao que de fato aconteceu. Devemos tratar os documentos como evidência do passado, no entanto eles só podem nos responder àquilo que perguntamos. Mas não cabe aqui qualquer pergunta, é preciso saber fazer as perguntas certas.

Levando tais apontamentos não intento o uso das atas da Câmara como forma de comprovar o que ocorreu quando das discussões sobre Educação na Câmara Municipal de Ouro Preto, mas as tomo no sentido de que podem trazer luz sobre o processo de sistematização do ensino naquela cidade, permitindo, através das perguntas certas, nos aproximarmos da compreensão de que direções seguiram os debates em torno da instrução pública e porque caminharam naquele sentido e não em outro. Permitindo ainda perceber quais os resultados dessas discussões.

No primeiro capítulo nos detemos nas relações entre Estado e Igreja no contexto histórico do século XIX e as mudanças sociais e políticas daquele período. Fazemos uma breve exposição de como a Igreja Católica reagiu diante das mudanças ocorridas e do movimento de resistência católica à nova realidade, a Reforma Ultramontana. Analisamos como as mudanças políticas e sociais da Europa ecoaram no Brasil e propomos uma reflexão sobre as relações entre Estado e Igreja Católica no Brasil do século XIX, chamando a atenção para os assuntos relacionados à Educação. Sendo de nosso interesse a apreciação desta relação na esfera local, esboçamos um breve panorama das condições que se apresentavam no âmbito nacional e estadual para daí partirmos para análise local.

³ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria; ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp.37.

No segundo capítulo tratamos especificamente das condições políticas da cidade de Ouro Preto, através das atas da Câmara Municipal, buscamos uma reflexão acerca da atuação do Padre e Vereador Camillo Velloso, tentando compreender em que medida suas ações estavam em consonância com o que era proposto pela Igreja Católica naquele período, destacando a sua atuação na temática da educação. Intentamos ainda uma reflexão sobre a relação entre Estado e Igreja Católica na esfera política de Ouro Preto no intuito de compreender em que medida a separação entre Estado e Igreja prevista pela Constituição Federal de 1891 ocorreu na prática.

Capítulo I – As relações entre Estado e Igreja no Brasil República: breve panorama nas condições que apresentavam para a Igreja Católica no Século XIX.

1.3 Estado e Igreja Católica no Contexto Nacional.

Diante das limitações de um trabalho da dimensão do que é proposto aqui não me deterei numa análise detalhada da conjuntura nacional no campo da educação. Minha pretensão é bem menos audaciosa, consiste em entender como a Igreja Católica atuou no âmbito local. Para tanto me proponho à análise da atuação de um membro da Igreja Católica na esfera política, mais precisamente a atuação de um padre nos assuntos relativos à educação na Câmara Municipal da cidade de Ouro Preto. Para isso, cabe fazer um breve esboço, pautado nos trabalhos historiográficos sobre a Primeira República, das condições políticas que se apresentavam para a Igreja Católica nos níveis nacional e estadual, para, a partir daí, analisar o âmbito local.

Em fins do século XVIII e nas décadas iniciais do século XIX a Europa passou por mudanças pautadas no progresso filosófico-científico que alteraram a maneira como estava organizada a sociedade. Tais mudanças possibilitaram ao homem europeu libertar-se da autoridade político-intelectual exercida pela Igreja Católica, fazendo crescer o sentimento anticlerical - que teve seu apogeu, naquele continente - ainda no século XIX, através de uma onda de contestação do vínculo entre Monarquia e Igreja. Pode-se dizer que os movimentos políticos do século XIX promoveram a secularização da sociedade europeia⁴.

Toda esta efervescência política trouxe consequências também para a realidade brasileira⁵. A conjuntura política do Brasil, no século XIX, se caracterizou pelo crescimento da simpatia pelo cientificismo positivista e pelo liberalismo econômico entre os movimentos políticos, que por consequência levavam à contestação do tradicionalismo imperial. A pretensão por uma mudança de regime político e o

⁴ Reflexões semelhantes a estas foram apresentadas por Edgar da Silva Gomes em sua dissertação de mestrado *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca* (2006). No entanto, ao apresentar tais reflexões o autor acaba fazendo uma espécie de defesa do catolicismo, o que não de forma alguma aqui a nossa intenção. Por isso nos ativemos apenas aos apontamentos sobre o contexto histórico no qual estava inserida a Igreja Católica do século XIX.

⁵ Foi no século XIX que o Brasil deixou de ser colônia de Portugal e, menos de oito décadas depois, se tornou República.

sentimento anticlerical também ganhavam força, num cenário em que o Brasil vivia o regime do Padroado⁶, ou seja, da vinculação entre Estado e Igreja⁷.

A Igreja, sob controle irrestrito do Estado, se via obrigada a legitimar e justificar as ações do Imperador, não detinha liberdade efetiva e também não dispunha de nenhum tipo de dispositivo que possibilitasse a sua diferenciação em relação ao governo do Império. Tal condição contribuiu para o desgaste da Igreja Católica.

Para a sociedade brasileira através de sua elite sócio-econômica⁸, a imagem da Igreja Católica estava tão desgastada quanto a do Império, ao ponto de a separação entre a esfera do Estado da Igreja ser tida como a melhor saída. Também a Igreja Católica almejou, ao longo do século XIX, maior liberdade frente ao Estado, pois o regime do Padroado dava ao Imperador o poder de nomear os Bispos e de cobrar o dízimo, o que impedia que a Igreja administrasse seus próprios interesses.

O historiador Edgar Gomes (2006, p. 58) aponta que diante de um contexto totalmente desfavorável à sua permanência como líder espiritual e à legitimidade de seu poder, a Igreja Católica se viu obrigada a reformular suas concepções políticas, pois só assim poderia enfrentar as crescentes contestações de sua autoridade e preservar seu “rebanho”. Fez isso de maneira totalmente reacionária, através do movimento reformador que ficou conhecido como Ultramontanismo

Não é minha pretensão neste trabalho analisar detidamente o que foi o Ultramontanismo ou a Reforma Ultramontana, mas para entender a conjuntura política dentro da Igreja Católica no século XIX, que de certa forma é parte do meu interesse, devemos fazer um breve esboço do que foi e do significado a Reforma Ultramontana. Segundo o glossário do HISTEDBR, o termo ultramontanismo:

designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do

⁶ No Glossário do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), Padroado consta como: “a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio”. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/u.html>. Acesso 04 de dezembro de 2011.

⁷ Este tipo de regime, político-religioso, foi implantado no Brasil na época da colonização e permaneceu durante todo o Império Brasileiro, sendo extinto apenas com a Proclamação da República

⁸ Grande parte da historiografia sobre o período da Primeira República aponta para a não existência de participação popular no advento da República, mesmo Maria Tereza Chaves de Mello, em seu “A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império” aponta para a ideia de consentimento, o que não nos permite dizer que houve participação efetiva, tendo isto em consideração que não cabe aqui falar em sociedade brasileira, mas em parte dela, a elite econômica e intelectual.

homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano (“além dos montes”). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende portanto o pleno poder papal.

Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram. As idéias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a freqüentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado.

O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Apareceu como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma, uma recusa do contato com o mundo moderno. Os principais documentos que expressam o pensamento centralizador do papa são as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939).

A Reforma Ultramontana pode ser entendida como um movimento de retraimento da Igreja Católica diante da conjuntura desfavorável àquela instituição durante o século XIX. Esta conjuntura, por sua vez, pode ser entendida como o avanço aos ideais do liberalismo político e econômico que culpavam a Igreja Católica e o Estado Absolutista pelas mazelas da sociedade moderna e pelo crescente sentimento anticlerical proporcionado não só pelo liberalismo, mas também pelo comunismo, somando-se a estes fatores a ascensão do protestantismo.

Quanto aos movimentos⁹ de contestação da ordem imperial, o que nos importa é que tais forças não eram unânimes, muito menos coesas. Mas, apesar de não terem ocorrido a partir de princípios e objetivos uniformes, os movimentos contestadores do Império acabaram vitoriosos.

Podemos dizer que ao longo do século XIX o Brasil experimentou transformações sociais, políticas e econômicas que culminaram na Proclamação da República. Tais transformações atingiram sobremaneira a instituição máxima de

⁹ Quando utilizo o termo “movimentos” não o faço para remeter ao povo de maneira geral, mas para diferenciar este tipo de ação daquele impetrado pela Igreja Católica. Pautei-me, neste trabalho, numa vertente historiográfica que não visualizou, na prática, a ativa participação popular nas ações que culminaram na Proclamação da República.

representação da religião no país, a Igreja Católica. Segundo Lustosa a nova constituição¹⁰:

apresentava, no seu espírito, um texto pouco aceitável para a Igreja em razão do laicismo que permeia, de ponta a ponta, desde o prólogo (exclusão do nome de Deus) até o artigo 72 com os diversos tópicos de secularização, especialmente no que toca à instituição do ensino leigo nos estabelecimentos públicos. (LUSTOSA, 1991, p. 27)¹¹

O historiador aponta ainda que o período aqui analisado, ou seja, os primeiros anos pós-proclamação da República, compreende aquele de maior desconfiança da Igreja em relação ao novo regime. É o momento em que a instituição busca reagir às medidas prejudiciais do novo governo em relação à condição dominante do catolicismo no Brasil.

Cabe dizer que a separação oficial entre Igreja e Estado, através da retirada de menções ao catolicismo no texto da nova constituição, da liberação de todos os tipos de cultos - desde que não dependessem de provimento do Estado - e da promoção de uma política laica, geraram receio entre membros da Igreja Católica (tanto no clero, quanto nos devotos). Para Cruz:

O pensamento católico no Brasil teve o seu revigoramento no século XIX com o ultramontanismo romano, movimento conservador da Igreja, ocorrendo no centro de sua instituição. Entenda-se por Ultramontano aquele que segue a orientação de Roma, do papa; Roma está no ultramontes, além dos montes, nos Alpes. Esse movimento configurou-se em meados do século XIX, nasceu de raízes conservadoras; sob o impacto das revoluções liberais européias e o desenvolvimento filosófico e científico que agitaram Roma e o trono pontifício. Esse catolicismo foi marcado pelo centralismo institucional e por um fechamento da Igreja sobre si mesma, recusando o contato com o mundo moderno. A reação buscou a consolidação doutrinária teológica em torno de alguns anátemas: condenação do capitalismo e da ordem burguesa, rejeição da Filosofia, das Ciências e das artes modernas, aversão aos princípios liberais e democráticos e, sobretudo ao socialismo. (CRUZ, 2008, pág. 02)¹²

Tal apontamento nos permite dizer que o momento em que a Igreja Católica se fecha para a nascente ordem capitalista e os científicismos do século XIX coincide com aquele em que o Brasil caminha para a implantação de uma República com caráter liberal e positivista. Tal coincidência, no entanto permitia à Igreja a autonomia frente ao

¹⁰ Refiro-me aqui à Constituição Federal de 1891.

¹¹ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

¹² CRUZ, André Silvério. *O Pensamento Católico à Procura de Lugar na Primeira República Brasileira*. GP: Igreja Católica no Brasil.

Estado, ou seja, permitia que aquela instituição se fechasse em si mesma para, a partir daí, se impor novamente, o que ia totalmente de encontro à Reforma Ultramontana, em curso desde meados do século XIX.

No entanto, apesar de a separação entre Igreja e Estado, proveniente da proclamação da República, atender aos anseios experimentados durante o século XIX, indo de encontro às constantes disputas da Igreja por mais liberdade perante o Estado, não é interessante para a Igreja Católica perder o posto de religião dominante no país.

Se durante o século XIX, a Igreja Católica, no Brasil, se viu sob o domínio político-administrativo do Estado Imperial e almejou maior autonomia, acabou impossibilitada, de um momento para outro, de se gerir sozinha, sendo obrigada a se organizar rapidamente no período pós-Proclamação da República.

Isto não significa dizer que a Igreja Católica estava despreparada administrativamente para assumir a sua autodeterminação, pois a própria doutrina ultramontana já havia ganhado força ao longo do século XIX. Entretanto, é prudente observar que a Igreja Católica não tinha condições financeiras de se manter, e ainda se via obrigada a concorrer com outros cultos religiosos que, com a Constituição de 1891, foram colocados na legalidade, visto que o texto da nova constituição previa a liberdade de credo.

Diante desta nova realidade, que por um lado possibilitava a tão desejada liberdade de autogestão e autodeterminação, e por outro a obrigava a lutar para se manter como religião dominante, a Igreja Católica se viu obrigada a encontrar maneiras de se manter hegemônica.

Antes mesmo da promulgação da primeira constituição republicana o episcopado já elaborava formas de resistência ao caráter laico do novo governo brasileiro. Carlos W. M. de Melo aponta que entre as diversas frentes de atuação católica estavam:

- engajamento de sacerdotes e leigos em Partidos Católicos, tendo em vista os esforços de influenciar as decisões da Assembléia Constituinte;
- intervenção do episcopado nos trabalhos da Assembléia Constituinte, por meio de Representação, “relembrando as responsabilidades e compromissos dos representantes do povo católico para com a Igreja, formadora da nação brasileira” (outubro de 1890)¹³; (2006, p. 56)¹³

¹³ MELO, Carlos Wellington Martins de. A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930). Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Franca, 2006.

Isso nos mostra que a Igreja Católica tentou, no âmbito nacional, uma frente de resistência aos “disparates” laicizantes da nova república. Para tanto se valeu da intervenção no próprio jogo político, através da participação de padres nas câmaras municipais e estaduais.

Para Melo, não obtendo êxito na Constituinte e promulgada uma Constituição, em 1891, claramente laica, a Igreja parte para as seguintes frentes: restaurar a moral católica como fundamento ético da ação do Estado e dos indivíduos em particular; recristianizar a nação, reconduzindo-a ao seio da civilização cristã e impedindo os males da apostasia (2006, p. 57). É neste intuito que o próprio Leão XIII¹⁴ destaca aos clérigos do Brasil a importância de cuidar da formação dos novos padres nos seminários, da educação dos jovens, da elaboração de materiais impressos (que propagassem os valores morais católicos) e da participação na vida política, impedindo a eleição de legisladores que não respeitassem o catolicismo. Destaca também a importância de cuidar dos fiéis e atribuir-lhes o dever de cuidar da fé católica no Brasil.

Na Pastoral de 1890 a Igreja Católica passa a confrontar diretamente a separação entre Estado e Religião. Do ponto de vista clerical era coerente a autonomia das duas instâncias, mas não poderia haver incompatibilidade entre elas, ou seja, a Igreja queria a autonomia frente ao Estado, mas não aceitava a desvinculação entre Estado e Religião, pois não permitia existência de um cidadão distinto do fiel. Tendo isto em consideração é que a Igreja busca através da educação e da intervenção na política restaurar a religiosidade não só dos fiéis, mas também do Estado brasileiro:

Erigindo a religião como fundamento da ordem social, configurando o ato moral como aquele que conduz o homem a seu fim supremo (a salvação), a perspectiva romanizadora e ultramontana procura plasmar, no bom cristão, os referenciais de ação que deveriam pautar tanto a participação deste no seio da Igreja como, também, sua intervenção na sociedade. Aspectos indissociáveis na configuração de uma ordem social pautada em princípios cristãos, a participação no âmbito da Igreja e a intervenção na sociedade (extirpando dela os males produtores da perda da fé) aproximam o católico do cidadão tendo em vista, particularmente, a importância atribuída aos valores que acompanham sua conversão pessoal e os efeitos de tal conversão sobre a sociedade.¹⁵

Percebemos que a Igreja passa a atribuir a si a função de guiar a sociedade brasileira não só espiritualmente, mas também socialmente. Com o advento da

¹⁴ Leão XIII foi papa entre os anos de 1878 e 1903.

¹⁵ Ibidem, p. 52.

República, e a consequente desvinculação entre Estado e Religião, a Igreja busca na Educação e na política os meios para implementar as concepções ultramontanas, ou melhor dizendo, a reforma que já estava em curso.

O que me interessa aqui não é apontar como a nova ordem política afetou a Igreja Católica, mas a resistência implementada por aquela instituição para não perder seu status frente à população brasileira. Sem a intromissão do Estado brasileiro, a Igreja Católica se viu muito mais capaz de interferir da maneira que lhe conviesse na vida pública brasileira. E é percebendo o papel fundamental da educação, como força de coerção social e de persuasão aos princípios desejáveis aos interesses católicos, que a Igreja tratará de influenciar ao máximo os tramites legais no interior do Estado, a fim de atribuir a si um papel decisivo na formação da sociedade brasileira.

Ainda nesta perspectiva Kulesza propõe que:

a descentralização política característica do regime federativo implantado pela República, propiciou à Igreja um vasto campo de experimentação de táticas diversas tendo em vista seus objetivos. Concorrendo com o Estado no âmbito das políticas sociais (situação herdada do Império), é natural que os espaços de atuação dos bispos coincidissem com os territórios dos estados brasileiros.¹⁶

Ao se deter sobre o período da Primeira República, Kulesza aponta que a descentralização do poder permitiu à Igreja Católica adotar táticas diversas de resistência ao caráter laicizante da nova ordem política. Cabe ainda destacar que apesar de a nova constituição impor o laicismo do Estado, o mesmo não acontece em caráter regional. Se no texto da Constituição Federal de 1891 fica patente a separação entre Igreja e Estado, ao mesmo tempo é permitido aos estados da federação decidir como seria organizada no âmbito estadual a relação entre estas duas instituições (Estado e Igreja). É diante da possibilidade de manter seu status de religião dominante pelo menos no âmbito estadual que a Igreja Católica busca a intervenção na vida política dos estados brasileiros.

Não contesto de maneira alguma que a Igreja Católica elaborou diversas formas de resistência ao caráter secularizador da nova ordem política. A historiografia sobre o

¹⁶ KULESZA, Wojciech Andrzej. *Igreja e Educação na Primeira República*. In: 25ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Anped, 2002, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu: Anped, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/wojciechandrzejkuleszat02.rtf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

período é bastante esclarecedora neste sentido¹⁷. Os historiadores que se detiveram sobre a análise da educação na Primeira República são ainda mais efetivos ao afirmarem que a Educação foi sim um dos principais campos de atuação dos dirigentes católicos.

1.2 Estado e Igreja em Minas Gerais

Se do ponto de vista nacional, com a Constituição Federal de 1891 ocorre a separação entre Estado e Igreja e a vinculação institucional da Igreja Católica é banida (pelo menos oficialmente) da vida política do Estado brasileiro, o mesmo não acontece a nível estadual. Em Minas Gerais, estado que nos interessa nesta análise, não são aplicadas as mesmas medidas tomadas na constituição nacional (exclusão do nome de Deus, aplicação do ensino leigo, entre outros). Neste estado será marcadamente forte a presença da Igreja Católica:

fica evidente que a força política da Igreja católica em Minas Gerais não se esvaiu, mesmo tendo sido excluída de seu tradicional domínio geográfico e ideológico (Estado Pontifício). O Estado manteve a tradição cristã, não aderindo à "fobia" religiosa dos poderes federais, de forma que nada se alterou no âmbito do ensino religioso, facultativo nos estabelecimentos oficiais e particulares, e muito menos com relação à assistência religiosa voluntária e livre nos demais estabelecimentos do Estado.¹⁸

Não é por coincidência que foi justamente a partir de Minas Gerais que a Reforma Ultramontana encontrou, no século XIX, os primeiros adeptos e se propagou para o restante do Brasil. Entre os principais expoentes da doutrina ultramontana está o bispo da diocese de Mariana Dom Antônio Viçoso, responsável por elaborar e divulgar muitos dos manuais utilizados na Reforma Ultramontana do Brasil. Dom Viçoso estava articulado a mais de onze bispados de diferentes regiões brasileiras¹⁹, o que nos permite aduzir que sua atuação não foi restrita e até mesmo alcançou certa eficácia.

¹⁷ Cf. SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

¹⁸ BORGES, Vera Lúcia Abrão. As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em MG: 1892 a 1898. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica.html. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

¹⁹ A quem interessar um aprofundamento sobre as questões referentes à Reforma Ultramontana em Minas Gerais pode encontrar apontamentos mais detalhados e discussões mais elaboradas nos seguintes

Um dos fatores que pode nos ajudar a entender o interesse da Igreja Católica por Minas Gerais deriva da posição de destaque ocupada por esse estado no que se refere ao cenário político nacional. Segundo Nagle²⁰, Minas Gerais, conjuntamente a São Paulo, teve papel de destaque no cenário político nacional da Primeira República. Estes estados foram os primeiros a acolherem a inegável mudança da economia brasileira, que passava de um sistema agrário-comercial para o sistema urbano-industrial. Sendo por isso os primeiros a se adequarem às mudanças sociais e políticas²¹ advindas deste processo. Outro fator que deve ser levado em consideração é a facilidade com que a Igreja Católica adentra na vida política mineira, tão propensa, devido ao tradicionalismo que permeia a história deste estado, a aceitar as concepções católicas.

Se no cenário político nacional impera, pelo menos nos primeiros anos da República, uma sensação de desconfiança por parte da Igreja Católica em relação às pretensões secularizantes impostas pelo texto da nova constituição e pela separação entre Estado e Igreja, o mesmo não acontece em Minas Gerais. Neste Estado, mais do que em qualquer outro estado brasileiro, serão bem sucedidas as tentativas católicas de reaver sua posição no cenário educacional. Para Oliveira:

Na transição republicana, com a adesão de parte da elite intelectual aos ideais do liberalismo burguês, é atribuída à educação a tarefa heróica de promover a reconstrução da sociedade. A primeira Constituição da República, de 1891, institui o sistema federativo de governo e, conseqüentemente, a descentralização do ensino. Em seu artigo 35, itens 3º. e 4º., reservou à União o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal. Aos estados competia prover e legislar sobre a educação primária, além do ensino profissional (que compreendia, na época, as escolas normais de nível médio para moças e as escolas técnicas para rapazes).²²

trabalhos: CAMPOS, Germano Moreira. A administração da Diocese de Mariana no governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). Disponível em http://www.seminariojals.ufop.br/germano_moreira_campos.pdf e COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais, 1844-1875). Disponível em http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Tatiana_Costa_Coelho.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

²⁰ NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

²¹ Quando falamos em mudanças sociais e políticas não estamos falando de uma transformação instantânea e completa na mentalidade política e social destes estados, mas de uma abertura singela e progressiva aos processos que marcaram a passagem do Brasil Imperial para o Sistema Federativo. Muitos dos arcaísmos e do conservadorismo da elite e da sociedade brasileira presentes neste período permanecem na nossa realidade até os dias atuais.

²² OLIVEIRA, Marcos de Oliveira. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Scielo Brasil, Out./Dez. 2004, vol. 12, nº 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

Se levarmos em consideração que as concepções políticas católicas reelaboradas durante o século XIX e colocadas em prática pela Reforma Ultramontana destinavam à Igreja não só a função de acalantar os espíritos e promover a salvação, mas também a de ser a promotora da ordem social na sociedade moderna, nada mais coerente que a Igreja Católica se visse responsável pela educação, vista na nova ordem política republicana como vetor de reconstrução social.

Soma-se a isso o fato de que apesar de a constituição nacional prever o laicismo do Estado, o caráter predominantemente descentralizador do poder apresentado no texto de 1891 permitia que os estados dessem uma configuração diferente à participação da religião, no caso a Católica, na formulação de suas constituições e, conseqüentemente, também nos assuntos relativos à educação. Para Silva (2004, p.80):

O sistema constitucional implantado enfraquecera o poder central e reacendera os poderes regionais e locais, adormecidos sob o guante do mecanismo unitário e centralizador do Império. O governo federal não seria capaz de sustentar-se, se não escorasse nos poderes estaduais.²³

A incapacidade de governar sozinho um país de dimensões como as do Brasil, levou o governo central a delegar parte de seu poder aos estados. As diversas realidades regionais possibilitaram que cada Estado desse uma configuração diferente, de acordo com suas conveniências, às matérias que eram de seu interesse. Na questão que nos interessa aqui, que é a da educação, a historiografia tem apontado para o fato de que em Minas Gerais não houve em nenhum momento a imposição do ensino laico e os padres não foram banidos das escolas, sendo que neste período a Igreja Católica acabou até mesmo inaugurando várias escolas, o que nos permite aduzir a força que a instituição exercia em Minas Gerais.

Wenceslau Gonçalves Neto (2009) aponta que grande parte dos historiadores que se voltaram para o estudo da educação nas décadas iniciais da Primeira República procurou analisar a educação a partir de um enfoque nos estados, visto que no âmbito federal não houve, naquele período, qualquer tentativa de elaboração de um sistema unificado de ensino. Assim, cada estado, à sua maneira, tentou imprimir uma organização para a instrução pública. Ao debruçar-se sobre Minas Gerais, o historiador supracitado, aponta que

²³ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

em Minas Gerais apenas em 1906 haverá a formulação de uma proposta que unifica a instrução pública, o que será feito pela assunção, por parte do estado, do processo de agrupamentos escolares ou pela criação, daí para frente, de grupos escolares propriamente ditos. Até este ano a educação mineira foi regida por leis e regulamentos que, iniciados em 1892 e 1893, sofreram diversas alterações ao longo do tempo. Durante esse período, que vai da proclamação da República, ou mais precisamente da Constituição mineira de 1891 e da lei de instrução pública de 1892, até 1906, o estado de Minas Gerais estará na busca de um “modelo” que lhe permita dar conta, da melhor forma possível, do encargo da educação popular. (p. 162)²⁴

Diante da incapacidade do governo estadual, de organizar imediatamente após a mudança de regime político um sistema de ensino que se adequasse à realidade mineira, é que os municípios vão se responsabilizar pela tarefa de criar leis e normas para o ensino nas cidades.

Gonçalves Neto ao se debruçar sobre as contestações por parte de alguns historiadores, da existência ou não de autonomia dos municípios nas questões relativas à educação, “dado o domínio explícito que os presidentes dos estados exerciam política e economicamente em seus territórios e também à limitação orçamentária, às vezes penúria, vivida pelos municípios”²⁵, aponta que o federalismo previa, na sua origem, a descentralização do poder tanto a nível estadual, quanto municipal.

Apesar das omissões da Constituição Federal de 1891, no que se refere a uma regulamentação da autonomia dos municípios, deixando a critério de cada estado estas determinações, o que se viu, nos primeiros anos da República, foi que os municípios gozaram, pelo menos juridicamente, de autonomia político-administrativa.

No caso específico da Constituição Mineira de 1891, nos deparamos, no Título II, que trata da organização dos municípios, com o Artigo 75 no qual se aponta que “uma lei especial regulará a organização dos municípios”, ressaltando-se no § VI, que “o governo do Estado não poderá intervir em negócios peculiares do município, senão no caso de perturbação da ordem pública”. Ou seja, os assuntos que eram de interesse do município deveriam ser regidos somente pela Câmara Municipal, cabendo ao governo do Estado intervir somente quando as decisões dos vereadores de cada município fossem contrárias às resoluções do Estado.

²⁴GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. In: *História da Educação* (UFPel), v. 13, p. 159-185, 2009.

²⁵ *Ibidem*, p. 163.

Analisando a configuração da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891, Gonçalves Neto aponta que aquele documento foi bastante generoso não só dando autonomia administrativa aos municípios, mas até mesmo instituindo a criação dos distritos, o que permitia uma fragmentação ainda maior do poder local.

No que se refere aos assuntos educacionais, Gonçalves Neto identifica a ausência de um “modelo unificador” que desse conta da realidade completa do Estado de Minas Gerais. O que se viu foram municípios que gozaram de “certa autonomia organizacional em termos de instrução, remetendo ao espaço das câmaras parte da responsabilidade herdada da omissão do governo federal.” (2009, p. 162). Sendo assim, diante da carência de um sistema de ensino que desse conta do estado de Minas Gerais e graças à autonomia possibilitada pela Constituição Mineira de 1891, os municípios vão implementar leis que se não sistematizaram o ensino no âmbito local, pelos menos fizeram prosperar as escolas de primeiras letras.

O meu trabalho, ao se deter sobre a cidade de Ouro Preto, pretende uma análise pautada nesta suposta autonomia administrativa dos municípios nos anos iniciais da Primeira República. No entanto cabe destacar que em minha percepção esta autonomia não pode ser entendida apenas como uma benesse concedida pelo poder estadual aos municípios. Se por um lado a autonomia administrativa permitia aos municípios organizar a educação a nível local, ao mesmo também delegava a estes mesmos municípios a arrecadação de fundos para tal empreitada.

Parece-nos que a autodeterminação político-administrativa de que gozavam os municípios derivava muito mais da ausência de comprometimento dos governos estadual e nacional com as questões relativas à educação e às políticas sociais, do que propriamente do reconhecimento das capacidades administrativas dos governos locais. Além desse descomprometimento, também devo ressaltar a ausência de um apontamento, na Constituição Estadual, que indicasse verbas a serem destinadas à educação. O que, de certa forma, deixava os municípios sem ação efetiva na destinação de recursos a área educativa, dependendo de solicitar ao governo do Estado.

Ao me deter sobre a relação entre Igreja e Educação na Primeira República levando em consideração esta autonomia, não pretendo analisar apenas a cidade de Ouro Preto, mas sim intento uma reflexão que permita apontar até que ponto os acontecimentos naquela cidade representavam as posições da Igreja Católica frente à laicização implementada pelo novo governo.

Podemos somar às prerrogativas já apresentadas sobre o Estado de Minas Gerais, que mostram o caráter tradicionalista deste estado, sucessível à maior penetração da Igreja Católica nos meios políticos, a falta de um sistema estadual de ensino e a autonomia municipal alcançada na Constituição estadual de 1891 - o fato de que naquele momento a cidade de Ouro Preto apresentava especificidades únicas, pois nada mais era do que a capital do estado, comportando para além de uma Câmara Municipal (formada pelos vereadores do município), também a Câmara Estadual dos Deputados²⁶.

Considerando tais características, eu não poderia apontar que premeditadamente um padre se infiltrou na Câmara Municipal de Ouro Preto, mas fica no mínimo mais inteligível o porquê de um Padre passar a compor a Câmara Municipal de Ouro Preto em 1892. Não posso afirmar que eleição do Padre Camillo de Lellis Ferreira Velloso tenha sido arquitetada ou planejada pelos líderes católicos do estado de Minas Gerais, não há nenhum indício, na documentação consultada, que aponte para esta possibilidade. Mas a eleição de um padre para integrar a câmara de vereadores da capital de um dos estados mais importantes do país, num momento de desconfiança da Igreja frente à nova ordem política e de perda do status de religião oficial e de retirada do ensino religioso das escolas, certamente nos leva a ponderar quais seriam as intenções desta eleição. Possibilita questionar qual o sentido de atuação adotado por aquele religioso, em que medida sua atuação correspondia aos anseios da Igreja Católica diante da nova realidade brasileira.

A eleição de um padre para a função de vereador pode não significar uma manobra claramente planejada pela Igreja para recuperar seu poder frente ao estado, mas serve como mostra da permanência de parte da influência exercida durante o Império e que, se não foi magistralmente arquitetada a investidura para a esfera federal, pelo menos no âmbito local a Igreja dava mostras de tentar restabelecer seu domínio político na Primeira República.

Gonçalves Neto aduz que as tentativas de restabelecer o domínio político a nível local não são exclusividade de Ouro Preto:

Apenas para avaliarmos rapidamente o peso eclesiástico na política local, basta lembrar que da primeira legislatura do município de Uberabinha, quando da reabertura das Câmaras Municipais em 1892, fazia parte o vigário padre Pio Dantas Barbosa, figura destacada na

²⁶ A Constituição Mineira de 1891 versa também sobre esta organização.

organização do processo que levou à autonomia municipal no ano de 1888... Em Mariana, também nessa primeira legislatura, deparamo-nos com a presença do Cônego Tobias Bernardino de S. Cunha. Ou seja, boa parte das câmaras tinham clérigos entre os mandatários eleitos pelo povo, que não representavam apenas a estes mas também aos interesses religiosos. (2010, p. 101)²⁷

Ainda para Gonçalves Neto, o que diferencia a participação política desses párocos daquela realizada no período anterior à República é que durante o Império eles estavam preocupados com rixas e problemas da política local e nacional, na República se voltam para os problemas da Igreja e buscam resolvê-los ou amenizá-los a partir de suas participações nas câmaras municipais:

Fica claro, portanto, a partir desse momento, a incorporação de propósitos claros de militância política pela defesa dos interesses da Igreja e não apenas dos objetivos locais ou pessoais. O padre político não desaparece, mas toma novo formato.

Todavia, é preciso observar que a prática desses políticos “híbridos”, pelo menos no nível local, nos primeiros anos da República ainda não conta com um “programa” comum, uma ação orquestrada na busca de objetivos claramente definidos. Isso só ocorrerá mais à frente, principalmente a partir da década de 1910.²⁸

Ou seja, o período aqui analisado não conta com uma planificação das ações da Igreja para recuperar seu espaço frente à organização do ensino, mas compreende os primeiros passos em direção a retomar seu espaço no cenário educacional mesmo que o campo de ação mais efetiva fosse local.

A existência de padres atuando nas câmaras municipais na Primeira República é um fato, foi diante desta constatação, ou seja, da percepção de que os padres buscaram influir nos rumos das políticas a nível local, que busquei a realização deste trabalho. Mais precisamente, foi após perceber as diversas interferências do Padre Camillo Velloso nos assuntos relacionados à educação na Câmara Municipal de Ouro Preto que me interessei em tentar desvendar, ou pelo menos trazer luz, a participação do referido padre nos assuntos educacionais de Ouro Preto.

No próximo capítulo deslindarei os percalços a que esta atuação se destinava, buscando expor os possíveis objetivos e interesses a que Velloso respondia e em que

²⁷ GONÇALVES NETO, Wenceslau. Igreja e Estado na Primeira República: relações eclesiástico-políticas em Minas Gerais. In: MANOEL, Ivan A. & ANDRADE, Solange Ramos de (org.). *Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas*. Franca: UNESP, 2010, p. 89-115.

²⁸ Ibidem, p. 102.

medida eles estavam ou não em consonância com o que estava sendo feito pela Igreja Católica no âmbito dos governos estadual e federal. Interessa-me também entender em que medida os poderes locais comungavam ou não com interesses da Igreja Católica e se foram ou não cúmplices das ações daquela instituição, representada no plano local pela figura do padre e vereador Camillo Velloso.

Capítulo II – Padre na política: a atuação do Padre Camillo Velloso na cidade de Ouro Preto.

2.1 Relações entre Estado e Igreja Católica na cidade de Ouro Preto: a atuação de Camillo Velloso.

Em fins do século XIX a cidade de Ouro Preto, - antes considerada de extrema importância para a economia de Minas Gerais, devido à mineração, - atravessava uma fase de decadência, consequência da queda na exploração aurífera. Sofria também com as constantes disputas entre políticos “mudancistas” que defendiam a transferência da Capital do estado para uma cidade planejada, e os políticos tradicionalistas²⁹, que defendiam a permanência da sede do governo mineiro naquela cidade e a consequente modernização da cidade para conseguir suprir as novas necessidades da sociedade ouro-pretana.

Para além de todos os problemas locais a cidade se viu imergida nas mudanças ocasionadas pela Proclamação da República, tendo que se adequar à nova realidade política brasileira. Sendo assim tinha de se adaptar ao novo regime político que trazia em si novos princípios para a economia brasileira, promulgava a separação entre Igreja e Estado e, o que nos importa mais neste trabalho, a promoção da laicização do ensino.

Detive-me, neste trabalho, nos anos de 1891 a 1894, período em que o município de Ouro Preto buscou, frente à autonomia proporcionada pela Constituição Mineira de 1891, estabelecer critérios, normas e leis para implantar um sistema de ensino que se adequasse à realidade ouro-pretana.

Como já apontado no capítulo anterior, naquele período a cidade comportava para além de uma Câmara Municipal (formada pelos vereadores do município), também a Câmara Estadual dos Deputados. Em nosso entendimento, esta posição privilegiada³⁰ no cenário político de Minas Gerais pode ajudar a entender por que o município recebeu grande atenção da Igreja Católica. Em 1892 passa a fazer parte da Câmara Municipal o

²⁹ Leticia Julião faz uma análise interessante sobre as duas posições em disputa a respeito da mudança da capital de Ouro Preto para outra localidade, colocando de um lado os denominados “antimudancistas”, que criticavam a transferência da capital e do outro os mudancistas, que a defendiam tal transferência. In: Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a06.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

³⁰ Entenda-se por “posição privilegiada” o fato de Ouro Preto ser a capital do Estado. O que centralizava naquela cidade as principais discussões políticas do Estado de Minas Gerais.

Padre Camillo de Lellis Ferreira Velloso que desempenha como vereador, intensa participação nas decisões da Câmara.

A discussão aqui apresentada não se pretende um retrato biográfico do Padre Camillo Velloso, mas com o intuito de esclarecer algumas questões sobre a sua figura consulte o acervo do Arquivo da Cúria de Ouro Preto, onde tive a oportunidade de ler e analisar um epistolário³¹ com documentos e cartas relativas ao mesmo e também de sua própria autoria. As informações ali encontradas me permitiram constatar que Camillo Velloso foi pároco na Freguesia de Antonio Dias (em Ouro Preto) entre os anos de 1889 e 1890. Consta do epistolário um abaixo-assinado, do ano de 1889, exigindo a exoneração de Camillo Velloso e uma carta de um padre lhe dirigindo críticas. Assim, percebemos que devido a divergências - não se sabe exatamente de que natureza - o padre acabou exonerado do cargo em 1890.

Durante o período em que o Velloso esteve exonerado várias pessoas declararam seu apoio ao padre, sendo que diversos abaixo-assinados, de moradores da freguesia, foram direcionados a Dom Silvério Gomes Pimenta (Bispo de Câmago)³² solicitando o retorno de Velloso ao exercício da função.

Cabe destacar que além dos abaixo-assinados, constam também, do epistolário: dois atestados de juizes de paz de Ouro Preto testificando a boa conduta e excelência no exercício da função de padre; uma carta de um padre denominado Joaquim Bonifácio também elogiando Velloso; atestado do Subdelegado de Polícia Antonio Luiz Maria de Britto Velloso afirmando que o padre

“nunca esteve em perigo algum n’esta Freguesia onde é geralmente estimado, por ser fiel cumpridor de seus deveres e digno da estima e consideração de todos que o conhecem, devido as suas excellentes qualidades”³³

Além de atestados da Câmara Municipal em que se afirma que o padre

nunca alli esteve sob a pressão de ameaça alguma, nem era possível que nessa parochia ou em qualquer outra se achasse exposto a qualquer aggressão um sacerdote benquisto e respeitado de todos os

³¹ Epistolário - 1703 Camillo de Lellis Ferreira V(Pe) Noticias Diversas Ouro Preto 1890 (Arquivo da Cúria Ouro Preto).

³² Cabe destacar aqui que o Bispo de Câmago era afilhado de crisma de Dom Viçoso. Dom Viçoso, bispo de Mariana responsável por implantar em Minas Gerais as premissas do ultramontanismo.

³³ Epistolário - Caixa: 1703 Camillo de Lellis Ferreira V(Pe) Noticias Diversas Ouro Preto 1890 (Arquivo da Cúria Ouro Preto).

feis, um cidadão altamente collocado na estima publica, um político de princípios, que nunca [ilegível] ao terreno das individualidades³⁴

Tal documento foi assinado pelo presidente e por outros vereadores. Além de uma carta do próprio informando que aceitava a exoneração, mas protestando contra as supostas injúrias e difamações que lhe foram direcionadas.

Fiz esta descrição dos documentos que compõem o epistolário, para fazer ver aqui que Velloso gozava de deferência por grande parte da população ouro-pretana e também em meio às autoridades daquela cidade, o que nos permite compreender a viabilização de seu retorno ao cargo de vigário da Freguesia de Antônio Dias e a ascensão ao cargo de vereador, ambos os fatos ocorridos no ano de 1892.

No que diz respeito às condições administrativas da cidade de Ouro Preto, no período aqui analisado, cabe dizer que a cidade contou, desde a Proclamação da República, com o Conselho Municipal de Intendentes³⁵, órgão responsável pelo poder executivo no município durante os anos de 1889 e 1891, período em que as Câmaras ficaram suspensas até a formulação da nova constituição.

Sendo o Conselho Municipal de Intendentes órgão responsável pelo poder executivo³⁶ do Estado de Minas Gerais, podemos dizer que, já em 1891, havia em Ouro Preto uma crescente preocupação por parte dos representantes daquele poder com a Educação, pois consultando as atas³⁷ do Conselho Municipal, percebe-se que as discussões em torno da educação já se faziam presente naquele ano.

Tal preocupação aparece na forma de alegação da necessidade de construção de escolas noturnas e da distribuição de um método de leitura para meninos pobres e se justifica no discurso de que era atribuição da Intendência “promover em larga escala todos os melhoramentos moraes e materiaes”³⁸ tão caros à cidade. Esta proposição vai de encontro às ideias nacionais, que enxergavam na educação o instrumento de reordenação da sociedade brasileira para os propósitos da nova ordem política. Consta

³⁴ Ibidem.

³⁵ Renato Marinho Brandão Santos se detém em uma análise mais detalhada de como funcionavam os Conselhos de Intendentes, tratando especificamente do conselho da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930). Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/espacialidades/v2n1/renato.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

³⁶ Tomei a definição de poder executivo como aquele responsável por governar e administrar os interesses do povo, respeitando e exercendo as determinações do poder legislativo.

³⁷ *Livro de Atas da Intendência - 1891-1894*, n. 894. ARQUIVO MUNICIPAL DE OURO PRETO

³⁸ *Livro de atas de sessões da Intendência - 1890-1894*, n. 894, 29 de julho de 1891 (Arquivo Municipal de Ouro Preto)

também deste ano um encaminhamento, por parte do intendente Agostinho Penido, que sugeria a criação de uma Secção de Instrução Pública.

Se do ponto de vista da educação já temos nos primeiros anos da República uma preocupação implícita com essa questão na cidade de Ouro Preto, no que se refere à relação entre Igreja e Estado, destacamos que a permanência de forte influência Católica não se dá de maneira contida, mas muito clara. A ata de instalação da Câmara Municipal de Ouro Preto em 07 de março de 1892 é um exemplo no qual percebemos uma relação de proximidade entre Igreja e Poder Público. Inicia-se a ata:

Aos sete dias do mez de Março de mil oitocentos e noventa e dous, á uma hora da tarde, voltando de assistir na Igreja Matriz de Ouro Preto á missa votiva do Espirito Santo, achão reunidos no paço municipal os senhores.³⁹

Logo a seguir aponta que “Sobre o livro dos Santos Evangelhos prestão então juramento, cada um a seu turno, o sr. Presidente e agente executivo e os sms. Vereadores acima mencionados.”⁴⁰

Ao termino da ata aparece ainda:

Concluidos os trabalhos de hoje, o Sr. presidente convida srs vereadores a comparecerem às cinco horas na Capella de S. Francisco de Assis para ahi assistirem á celebração do solemne [Te-Deum laudamos], que será entoado em acção de graças do Todo Poderoso...⁴¹

Tais menções explicitam a proximidade entre os membros da Câmara Municipal e a Igreja Católica, visto que apesar da suposta laicização do Estado o que se percebe naquela cidade é a continuidade da celebração de ritos religiosos católicos dentro das reuniões oficiais do governo. A simples conjugação dos termos religiosos não nos permite aduzir que todos os vereadores professavam o catolicismo, mas o que percebemos após analisar as atas da Câmara é que, apesar de se ter proclamado uma república leiga, o que se percebe é a continuidade do Catolicismo como religião oficial em Ouro Preto⁴².

Ainda sobre a menção de termos religiosos, chama a atenção o fato de que a ocorrência não fica restrita à cidade, aparecendo também nos distritos. A posse do

³⁹ *Livro de atas de sessões da Intendência – 1890-1894*, n. 894, 07 de março de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem.

⁴² Ainda nessa mesma ata de instalação da Câmara Municipal de Ouro Preto aparece a posse do Padre Camillo Velloso.

Conselho Distrital de Congonhas do Campo, por exemplo, também é realizada após missa e os membros do conselho fazem juramento em nome de “Deos onipotente”⁴³.

A complacência dos demais membros da Câmara Municipal para com a Igreja Católica fica evidente nas menções de termos religiosos na ata de inauguração daquela instituição, mas para uma melhor compreensão do que significou esta vinculação busquei trabalhos historiográficos que se detivessem na apreciação da conjuntura política da cidade de Ouro Preto, nos primeiros anos da República.

Foi na tentativa de compreender qual a conjuntura política nos anos iniciais da Primeira República e em que medida ela era ou não favorável à Igreja Católica que me deparei com o trabalho do historiador Machado da Silva⁴⁴. Este historiador, ao analisar a atuação administrativa do vereador e presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, Diogo de Vasconcellos, no mesmo período aqui analisado (de 1892 a 1894), aponta que aquele vereador buscava reafirmar a necessidade do ensino religioso nas escolas como forma de atribuir valores morais e controlar as crianças para melhor convívio em sociedade. Delegava, assim, à religião a função de educar moralmente as crianças, e apontava a extrema importância da religiosidade para a preservação de uma sociedade de “bons costumes”. Em resumo, para Diogo de Vasconcellos, defendia que não era só de interesse da Igreja a preservação do ensino religioso, mas, principalmente, de interesse da sociedade ouro-pretana.

Para além da defesa do ensino religioso, o vereador Diogo de Vasconcellos também se declarava um político conservador e tradicionalista, defendendo de todas as maneiras o Império, mas habilmente se rendendo à República, rendição esta que parece ocorrer muito mais no intuito de preservar as tradições mineiras (e imperiais) do que propriamente aceitando os supostos avanços do novo regime⁴⁵.

Devemos considerar que se até mesmo o presidente da Câmara, Diogo de Vasconcellos, se declarava publicamente favorável a manutenção do ensino religioso, o ambiente encontrado por Camillo Velloso, naquele órgão governamental, era totalmente propício as sugestões que visassem o restabelecimento do ensino religioso ou outras sugestões que fossem de interesse da Igreja Católica.

⁴³ *Livro de atas de sessões do Conselho Distrital de Congonhas do Campo – 1890-1894*, n. 963, 07 de abril de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁴⁴ SILVA, Rodrigo Machado. *Alguns Apontamentos Acerca da Recepção de Diogo de Vasconcellos Sobre a Ciência em Tensão à Religiosidade nos Finais do Oitocentos*. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/ic32.pdf>. Acesso em 4 Dezembro de 2011.

⁴⁵ Idem

2.2 As relações entre Igreja, Estado e Educação nas atas da Câmara Municipal da cidade de Ouro Preto.

A relação de proximidade ou de cumplicidade estabelecida entre o presidente da Câmara e a Igreja Católica no período abordado, a omissão ou passividade com que os demais vereadores se posicionam frente às solicitações e imposições de Camillo Velloso e a participação ativa daquele vereador nos ajudam a tentar entender porque com pouco mais de um mês de exercício como vereador, Velloso já se sente no dever e no direito de fazer uma proposta relativa à Educação em Ouro Preto.

Justificando a proposição no argumento de que era

chegado o tempo de romper a Camara essa situação ingloria, cançando de si tal caracter de simples passividade para assumir o que de direito lhe compete, entrando desassombradamente na alta administração do municipio para satisfazer-lhe as mais urgentes necessidades⁴⁶

Podemos dizer que Velloso utilizava de sua autoridade frente aos demais membros da Câmara e da condescendência daqueles vereadores para fazê-los dar prioridade aos assuntos que ele entendia serem de maior interesse ao povo de Ouro Preto ou, em meu entendimento, dar prioridade aos assuntos de interesse da Igreja Católica.

O padre-vereador ainda aponta que ao “ocupar-se das escolas em que a infancia se deve preparar, habilitar-se para em breve vir a ser digna herdeira do futuro da pátria”⁴⁷. Nesta perspectiva, em consonância com aquela implantada pelo governo republicano nos primeiros anos da República, a educação⁴⁸ não deveria apenas dar o domínio da cultura letrada aos jovens, mas também prepará-los para contribuir com o progresso da nação brasileira.

Podemos dizer que Velloso busca mostrar a necessidade de se intervir na educação, indo de encontro ao discurso de que a educação tinha um objetivo maior do que apenas educar as crianças, o de formar cidadãos, fomentando o ordenamento social de interesse do novo regime. Após legitimar a importância da educação ele passa a atacar o ensino leigo:

⁴⁶ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 20 de abril de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Entendo por educação a instrução de crianças e jovens para o domínio das letras.

Demorando-se em analizar o que de pernicioso pode offerecer o ensino das escolas desde que tornou-se leigo, material e atheu, depois que d'elle arrancou-se até a ultima reminiscencia do nome de Deus, faz sentir como salutar virá a ser à opportuna intervenção da Camara, em que tão altamente predomina o sentimento religioso dos nossos antepassados, contribuindo ella com o que couber na esphera de suas forças para neutralisar os pessimos effeitos da satanica suppressão do cathechismo nas escolas.⁴⁹

Se na ata de inauguração da Câmara já ficava claro a aceitação ou pelo menos a não contestação por parte dos vereadores do catolicismo como religião oficial, na passagem exposta acima verificamos que o próprio padre Camillo Velloso faz questão de elucidar a aprovação e cumplicidade dos demais vereadores para com a Igreja Católica. Desmoralizando as tentativas de se impor o ensino laico que promoveria a “instrucção profana dos alumnos”⁵⁰ e apontando os males que a ausência do ensino religioso pode causar nas escolas e, consequentemente, nas crianças e jovens, o padre-vereador faz até mesmo uma sugestão de material didático pautado nos preceitos católicos:

Providencial, pois, é o facto de apresentar-se hoje pessoalmente perante a Camara, um dos nossos mais illustres compatriotas, e eximio litterato e laureado poeta, tão distincta e vantajosamente conhecido nas classes mais illustradas do paiz, o Sm. Mucio Teixeira, trasendo em suas mãos selecta e [ilegível] collecção de poemas sacros, intitulada – Heroínas do Evangelho -, onde a infancia poderá houver licções expurgadas de virus pestilencial da impiedade audaciosa que actualmente tudo invade e pervete. Esse livro d'oiro, pelo encanto dos maravilhosos quadros, das bellas ineffaveis que transludem de cada uma de suas numerosas paginas, admittido em nossas escolas, nellas virá preencher a mais sensivel lacuna...⁵¹

Fica clara a intenção do padre-vereador de empreender aos materiais didáticos, das escolas do município, princípios coerentes com a prática do catolicismo, numa tentativa de retomar o espaço perdido com a laicização do ensino. Na continuidade de sua argumentação novamente Velloso busca demonstrar que os demais vereadores não se posicionavam contra a necessidade de restabelecer um caráter cristão à educação em Ouro Preto:

... e a Camara, que sobre este magno assumpto tão amplas attribuições tem na sua lei organica, em quanto não se habilita com os meios

⁴⁹ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 20 de abril de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ *Idem.*

necessarios para ir mais longe, desde já muito fará, se, adquirindo grande numero de exemplares do folheto de que se trata, brindar as escolas do municipio com esse preciosissimo thesouro de poesia e literatura sacras, sendo este o objecto da seguinte moção.

Indico que a Camara Municipal; comprehendendo bem a altura de sua missão, promovendo a instrucção de seus municipes nas escolas publicas, offerecendo aos meninos livros que contenhão doutrina para a adequada e bem formar o espirito dos mesmos; contracte com o Dr. Mucio Teixeira dous mil exemplares ou volumes de sua obra intitulada – Mulheres do Evangelho⁵²

Verifica-se que, mesmo por preterição, os demais vereadores não se opuseram a este retroceder⁵³ da Câmara nos assuntos relativos à educação. Nota-se que a sessão se encerra sem nenhum questionamento por parte dos outros vereadores sobre o teor da proposta de Camillo Velloso, e mais do que isso, até conta com apoio de outro vereador, Claudionor Quites. Em outras sessões da Câmara com assuntos de pouca ou menor relevância o debate muitas vezes é intenso, podemos deduzir daí que, neste caso, a proposta do padre-vereador fora bem aceita pelos demais vereadores.

Sobre o autor e a obra, Múcio Teixeira e “Mulheres do Evangelho” constatee apenas as informações que se apresentavam na ata de 20 de abril de 1892, ou seja, que se tratava de um literato, mas ficaram as dúvidas sobre a relação do autor com a Igreja. No entanto, visto que foi indicado e defendido por um Padre como “remédio” para os males que poderiam advir do ensino laico, o livro ou manual só pode ser percebido como comprometido com os princípios morais católicos. Além é claro do título que pressupõe uma ligação com a bíblia.

A ata é encerrada com a sugestão de Camillo Velloso de ficar “o Sr. Agente Execttivo encarregado de fazer um contracto da maneira mais conveniente ao estado economico da Camara”⁵⁴, ou seja, deveria ser de responsabilidade do Presidente da Câmara fazer um contrato que fosse apropriado às condições econômicas da Câmara. Vale ressaltar que o presidente era Diogo de Vasconcellos, um apoiador da intervenção católica nos assuntos da educação. Observando estas relações, presume-se que a Câmara possuía boas chances de aprovar a proposta em questão, resultando na compra dos exemplares.

⁵² Idem.

⁵³ Falo aqui em retroceder no sentido de restaurar o caráter religioso do ensino na cidade de Ouro Preto, utilizei retroceder não no intuito de colocar o ensino religioso como algo obsoleto ou reacionário. Meu intuito não é fazer um juízo de valor do catolicismo ou do ensino religioso, mas somente entender em que medida a Igreja Católica buscou restabelecer sua hegemonia por meio da Educação.

⁵⁴ Livro de atas de sessões da Intendência – 1890-1894, n. 894, 20 de abril de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

No entanto, como todas as demais propostas apresentadas à Câmara, a de Camillo Velloso também foi encaminhada para uma comissão interna para receber um parecer. O relator, vereador Randolpho Bretãs, deixa claro em seu parecer que a Câmara reconhece as intenções “patrióticas” de Camillo Velloso, no entanto não aprova a compra do material alegando que a Câmara ainda não tem escolas sob sua jurisdição, pois todas as escolas do município até aquele momento pertenciam ao Estado e, por isso, somente o Estado poderia fazer a escolha do material didático.

O parecer foi unanimemente aprovado. É preciso apontar que nessa sessão o vereador Camillo Velloso não estava presente, tendo justificado a ausência alegando “motivos justos”. É preciso salientar também que em nenhum momento do parecer é contestado o teor da proposta, somente fica claro que a Câmara não queria entrar em conflito com o poder estadual, representado pela Câmara dos Deputados.⁵⁵

Nas propostas que se seguem, ainda no ano de 1892, surgem indicações, através de Diogo de Vasconcellos, para abertura de escolas sob jurisdição da Câmara Municipal, tanto no ensino primário, como no secundário. E também a sugestão de que não sejam cobrados impostos sobre os edifícios de propriedade de professores que os utilizarem para ministrar aulas (indicação aprovada). Chama atenção a seguinte indicação, dos vereadores Candido Eloy, Raymundo Barbosa e Francisco Neves:

Indicamos que a Camara da Capital consinta que os exames feitos no collegio da Cachoeira do Campo, fundado pelo Rev.mo Sr. Padre Theodolino José Fagundes para instrucção primaria e secundaria do sexo masculino, sejam validas para os candidatos ao magisterio das escolas municipaes, que opportunamente serão fundadas.⁵⁶

Na medida em que a Câmara atribuía ao Colégio de Congonhas do Campo a função de formar professores para atuarem nas escolas de Ouro Preto, estava também delegando à Igreja o direito de formar estes mesmos professores, visto que o colégio fora fundado por um padre e seguia os princípios da liturgia católica, através da Ordem dos Salesianos. Importa destacar que a ordem dos Salesianos fôra uma das mais influenciadas pela Reforma Ultramontana⁵⁷, ou seja, estes religiosos atuavam de acordo com as diretrizes da política ultramontana que previam o fechamento para a nascente

⁵⁵ Esta informação pode ser conferida em: *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 04 de maio de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁵⁶ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 18 de agosto de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁵⁷ Débora Maria Marcondes Querido analisa a atuação dos padres salesianos em São Paulo e nos permite uma melhor compreensão dos princípios políticos da atuação destes padres no Brasil. “Os Salesianos na construção de um espaço urbano: o Liceu Coração de Jesus em São Paulo nos finais do século XIX”

ordem capitalista, rejeitando o liberalismo econômico e político. Mais uma vez perceber-se que os interesses da Câmara Municipal estão em consonância com os da Igreja Católica.

Ainda no ano de 1892, para além das posições referentes à temática da educação, cabe destacar o posicionamento do vereador Camillo Velloso na polêmica emergida após os vereadores terem mandando colocar um quadro com a imagem de Dom Pedro II na sala de sessões da Câmara. Diante de tal fato o deputado Luiz Cerqueira, apoiado por outros, encaminhou à Comissão de Constituição, Legislação e Poderes da Câmara de Deputados do Estado o encaminhamento de que se solicitasse à Câmara Municipal de Ouro Preto a retirada da imagem, pois a entendiam como uma ofensa às instituições republicanas. No entanto, diante da alegação de autonomia dos municípios, acabaram voltando atrás na decisão. Velloso, não satisfeito com o reconhecimento da autonomia municipal, faz a seguinte indicação:

Indico que a Camara Municipal d'esta Capital manifeste ao Congresso um voto congratulatorio pela patriotica resolução, que tomara, respeitado a lei dos municipios, que são independentes, como fôra pelo mesmo Congresso estabelecido e é da Constituição estadoal;
Que se colloque na sala das sessões o retrato do ex-imperador D. Pedro 2º, e que, como festa de honra, que esta Camara passa a celebrar no dia 13 de Maio, anniversario da grande lei da libertação dos captivos, se mande tirar á óleo o retrato da ex-princeza imperial e se colloque ao lado do de seu augusto Pae;
Que se passe um telegrama para Paris em congratulações á D. Izabel.⁵⁸

Se tomássemos inopinadamente a indicação, poderíamos acreditar que o padre-vereador estava preocupado em fazer jus às contribuições de Dom Pedro e da Princesa Isabel ao povo brasileiro, no entanto Velloso faz questão de deixar claro que no futuro “appareceção na republica muitos homens da estatura do preclarissimo brazilerio”⁵⁹, ou seja, até aquele momento não havia no governo republicano nenhum membro que se portasse a altura ou com a mesma distinção do ex-imperador.

Ainda naquele ano, Velloso sugere também a compra, por parte da Câmara, de exemplares de um livro de título “Vultos e Factos”, descrevendo o capítulo treze desta obra como “consagrado à memoria do augusto personagem aquem o inopinado dia 15 de novembro confério a gloria do martyrio para com esta coroar tantos outros por elle

⁵⁸ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 12 de maio de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁵⁹ *Idem*.

conquistadas em o novo e no velho mundo”⁶⁰. Note-se que o capítulo trata da figura de Dom Pedro II, no intuito de conferir ao ex-imperador uma posição destacada na história brasileira.

Velloso propõe a compra e distribuição do livro nas escolas por ser de “particular interesse à infância que frequenta as escolas do município”⁶¹, podemos aduzir daí que o livro deveria ser destinado às escolas no intuito de servir como material didático. Se levarmos em consideração a passagem anterior em que o padre-vereador se coloca a favor de homenagear os “feitos” do ex-imperador e da família real portuguesa no Brasil, esta proposição de material didático pode ser entendida como uma tentativa de legitimar a importância do Império, talvez no intuito de restabelecer a tradição imperial ou até mesmo de fazer prevalecer na memória ou na história brasileira (ou pelo menos em Minas Gerais) os aspectos positivos do Império. O que estava na contramão das proposições nacionais para a história brasileira, a historiografia aponta que naquele momento as intenções do governo republicano eram no sentido de romper com tudo que remetesse ao Império, visto como a causa de todos os males e do atraso em que se encontrava a sociedade brasileira.

Vale lembrar que, segundo muitos historiadores que se detiveram na análise do período pós-proclamação da República, apesar de almejarem a separação entre Estado e Igreja, os dirigentes católicos, em sua maioria, não eram Republicanos. Passado o assombro inicial causado pela separação entre Estado e Igreja, os dirigentes da Igreja Católica passaram a promover ações que visavam o resgate da proeminência católica diante do Estado brasileiro.

O resgate dos aspectos positivos do Império e a tentativa de impor aos jovens da cidade de Ouro Preto uma educação que levasse isto em conta podem ser entendidos como estratégias locais, da Igreja Católica, de legitimar uma vez mais seu poder, visto que antes (no Império) esta instituição ocupava um lugar de destaque junto ao poder público brasileiro. Neste sentido, é compreensivo que ela procure dar ao período monárquico um semblante positivo na história da nascente República Brasileira. Retomar o passado imperial como algo que deve ser lembrando pelas conquistas e avanços de Dom Pedro II remeteria logo à contribuição da Igreja Católica para “progresso” brasileiro.

⁶⁰ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 14 de outubro maio de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁶¹ *Idem*.

No que se refere especificamente à figura de Camillo Velloso, ao contrário de Diogo de Vasconcellos, não temos nenhum trabalho de sua autoria que nos possibilite dizer quais eram seus posicionamentos político-ideológicos, mas através de suas intervenções em assuntos relacionados ao extinto Império, podemos dizer que o padre-vereador se mostrou claramente defensor das tradições imperiais.

Retomando a relação entre a Igreja Católica e os membros da Câmara Municipal chamou-me a atenção que em abril de 1893 ocorreu uma solicitação de auxílio pelas irmãs da Associação de Santa Isabel d'Hungria de um terreno pertencente ao patrimônio do município para a construção de um edifício a ser usado por aquela entidade para o abrigo “pobresa recatada, que não sai a esmolar por portas e que, por isso mesmo, mais direitos tem à commiserção dos conterraneos representados por esta camara”⁶². Diante da solicitação, um dos vereadores, de nome Claudionor Quites, “declara não ter conhecimento da associação de que se trata senão pelo balanço impresso do anno findo, em que figura ella com varios recebimentos para fins humanitários”⁶³, alegando que seria melhor a Câmara votar pela criação de um orfanato do que destinar mais recursos àquela instituição.

Diante de tal contestação sai em defesa da Associação o então presidente da Câmara, Presidente (Diogo de Vasconcellos) que “detem-se a mostrar os serviços relevantes que à humanidade desvalida presta aquella benemerita associação, cujos desvelos estendem-se ao amparo de orphãos que delles necessitam”⁶⁴. Além do Presidente da Câmara, também o relator do pedido, o vereador Randolpho Bretas argumenta sobre o mérito do trabalho realizado por aquela instituição dando parecer favorável à concessão do terreno.

Nesta passagem nota-se que apesar dos questionamentos do vereador Claudionor Quites sobre as atividades da dita associação, o próprio presidente da Câmara sai em defesa das “irmãs” e da presteza com que haviam até o momento auxiliado as famílias carentes da edilidade. Poderíamos aludir tal defesa às reais contribuições da Associação para com as famílias carentes fosse essa uma passagem isolada, no entanto esse é mais um entre vários momentos nas discussões da Câmara em que as ordens religiosas ou as atividades de membros da Igreja Católica recebem apoio dos vereadores, sendo que por

⁶² *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 26 de abril de 1893 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁶³ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 26 de abril de 1893 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁶⁴ Idem.

vezes as verbas ou doações solicitadas são prontamente atendidas. Em ata posterior⁶⁵, referente ao orçamento para o ano de 1894, consta uma verba de 1:000\$000 destinada à Associação de Santa Isabel d'Hungria, segundo consta tal verba deveria ser destinada, pela associação, para o cuidado e sustento de pessoas pobres.

Em dezembro de 1893, novamente o vereador Claudionor Quites solicita esclarecimentos sobre os serviços prestados pela associação. Nesse momento passa a fazer a defesa da Associação o Padre-vereador Camillo Velloso. Nesta ata consta a informação de que a direção da Associação é exercida pelo próprio Camillo Velloso, que diante dos questionamentos de Quites presta as informações solicitadas, procurando ressaltar as qualidades daquela organização e deixando claro que os serviços são prestados por “senhoras” católicas, note:

cumprindo acrescentar que ha um regulamento ou estatuto por todas formulado e que não se imprimio ainda, por quererem ellas sujeitar-se às disposições das leis civis em assumpto que só pertence a alçada da caridade christã, a que tão desinteressadamente se consagração.⁶⁶

Ou seja, reafirmando que cabia à Igreja a função de cuidar da sociedade e que as associações e atividades desenvolvidas pela Igreja não estavam submetidas às leis civis. Esta alegação é um tanto quanto contraditória, pois se por um lado Velloso afirma que a Associação não deve nenhuma obediência à Câmara Municipal, por outro a mesma entidade está solicitando auxílio financeiro da Câmara, o que, de certa forma, a obriga a estar de acordo e sob o domínio das regras estabelecidas pela Câmara Municipal para o município de Ouro Preto.

Notemos também que Camillo Velloso acumulava além das funções de Padre e Vereador também o cargo de diretor de uma Associação⁶⁷ que dependia claramente de financiamento estatal para se manter. Esta multiplicidade de funções dava ao padre a Camillo Velloso uma capacidade de penetração incontestável nas decisões da Câmara Municipal em assuntos de interesse da Igreja Católica, ao mesmo tempo permitia que Velloso circulasse por todos os âmbitos de atuação da Igreja Católica, visto que ele era o vigário da cidade mais importante de Minas Gerais naquele período, além de estar à frente das obras de caridade implementadas pela Igreja Católica.

⁶⁵ Vide esta informação em: *Livro de atas de sessões da Intendência – 1890-1894*, n. 894, 15 de dezembro de 1893 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁶⁶ *Livro de atas de sessões da Intendência – 1890-1894*, n. 894, 15 de dezembro de 1893 (Arquivo Municipal de Ouro Preto). (ata de OP-L894-15-12-1893b).

⁶⁷ Associação de Santa Isabel da Hungria.

Devemos fazer aqui duas considerações: primeiro, apesar de a Constituição Federal e a Constituição Mineira de 1891 preverem o não subvencionamento de cultos religiosos por parte do Estado, percebemos que em Ouro Preto este subsídio não é aplicado de forma direta na Igreja Católica, mas continua ocorrendo de forma indireta através do auxílio às atividades de instituições ligadas à Igreja Católica. Se por um lado não houve a aplicação direta de recursos da Câmara na Igreja Católica, de forma indireta as ações daquela instituição foram sim patrocinadas pelo governo municipal na medida em que por entidades criadas por membros da Igreja Católica e sob os princípios e normas daquela instituição receberam verbas solicitadas junto à Câmara Municipal de Ouro Preto.

Segundo, ao fazer uma breve pesquisa sobre Santa Isabel da Hungria⁶⁸ constatamos que seus principais devotos são os padres da Ordem dos Franciscanos. Não podemos dizer que Camillo Velloso era franciscano, mas vale lembrar que a Ordem dos Franciscanos esta entre aquelas que mais tradicionais da Igreja Católica, sendo um das responsáveis por implementar junto às irmandades religiosas os novos ditames da Reforma Ultramontana⁶⁹.

Ainda em 1893, após longa discussão sobre a criação ou não de uma taxa escolar para fundação de escolas nos distritos da cidade de Ouro Preto em que prevalecem as disposições favoráveis à cobrança da referida taxa, há uma passagem em que o presidente da Câmara parabeniza o vereador Padre Camillo Velloso por retornar de uma longa excursão realizada juntamente com o Bispo Dom Silvério pelo interior do estado, substituto de Dom Viçoso frente à diocese de Minas Gerais⁷⁰. Aproveitando-se para enaltecer as atividades do Bispo, e conseqüentemente da Igreja, Camillo Velloso faz os seguintes apontamentos:

ainda agora pelos imensos serviços que acaba de prestar à amplissimo zona que percorreo, levando o pão do espirito a remotas regiões onde nunca penetrarão os grandes políticos actuaes, os pretensos factores da felicidade do povo, que tem a ventura de nem se quer conhecel-os. As mãos largas, alli derramou o eminente prelado os mais preciosos beneficios, como o do ensino, de que tão carecedores

⁶⁸ Sobre a Santa Isabel da Hungria. Disponível em http://www.ofs.pt/isabel_hungria.html. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

⁶⁹ Sobre Irmandades Religiosas na Primeira República vide. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/as_ordens_terceiras_em_minas_gerais.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

⁷⁰ Biografia de Dom Silvério: Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=994&sid=212>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

se acharão innumeráveis meninos, á mingoa de escolas, fundando tres grandes centros de instrucção na fazenda que pertencia ao finado Senador Silveira Tobo. em Caratinga e no Mambuassú.⁷¹

Além de exaltar as atividades do Bispo, Velloso buscar também dirigir uma crítica aos “políticos actuaes” que não estariam conscientes das reais necessidades do povo. Levando em consideração o comportamento e as ações do referido padre até aquele momento - suas constantes tentativas de reafirmar a posição da Igreja frente ao novo regime político e a declarada admiração pelo ex-imperador -, percebo tais apontamentos como uma crítica direta aos governantes republicanos.

Se nos dois primeiros anos de exercício da Câmara o que se viu foi a pronta aceitação e aprovação das indicações referentes à criação de escolas, o mesmo não acontece no ano de 1894.

Durante aquele ano, o interesse pela questão da educação já não se faz presente com a mesma força de antes. Por exemplo, quando ocorre a sugestão de criação de escolas nos distritos e bairros da cidade de Ouro Preto, as discussões esbarram na alegação de que o município não dispõe de verba para este tipo de empreendimento. Ou seja, a criação de novas escolas é barrada justificando-se a ausência de uma “legislação reguladora do ensino primário municipal e rubrica orçamentária especialmente destinada a esse ramo de serviço”⁷².

A inexistência de uma verba para a educação nos remete às limitações da autonomia municipal. Apesar de gozar de autonomia para organizar a instrução no âmbito local, os vereadores se vêem impossibilitados de realizar na prática os investimentos necessários para tal empreitada. A falta de recursos financeiros nesta área também pode ser vista como um dos fatores que levaram a diminuição das discussões sobre a educação no ano de 1894, quando comparado aos dois anos anteriores.

No que refere ao ensino religioso, não mais mencionado, - nas atas da Câmara Municipal - acreditamos ser provável que se não retornou ao debate é porque a decisão de restabelecê-lo (tomada no ano de 1892) foi de fato cumprida. A permanência do padre-vereador Camillo Velloso e do vereador Diogo de Vasconcellos na Câmara Municipal de Ouro Preto em 1894 e o fato de não terem voltado a questionar a

⁷¹ *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 19 de dezembro de 1893 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

⁷² *Livro de atas de sessões da Intendência* – 1890-1894, n. 894, 27 de outubro de 1894 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

necessidade de reinstituir o ensino religioso permite apontar que aquela forma de ensino voltara a ser aplicada, pois uma vez que a solicitação de Velloso saíra vitoriosa e não retornando a discussão o que se presume é que o ensino religioso fora novamente instaurado em Ouro Preto.

Tendo em vista a análise realizada, sobre as atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, e não nos distanciando do contexto histórico em que elas foram produzidas, a impressão que permanece é que também no âmbito local este período foi marcado por contradições. Estas contradições podem ser notadas:

- Pelo fato de que apesar de aceitar a nova ordem republicana, do ponto de vista legal, na prática é constante a contestação de parte destes vereadores da legitimidade do poder recém instaurado. Exemplos disso são: 1º - o caso do Presidente da Câmara, Diogo de Vasconcellos, monarquista convicto que não deixa de lutar pela manutenção da ordem social e política da maneira tradicional como estava antes da República. 2º - a atuação de Camillo Velloso, que também acolhe a República legalmente, mas na sua atuação busca influir para um redirecionamento das políticas educacionais para a vinculação entre Estado e Igreja, o que era claramente contrário aos princípios firmados na primeira Constituição republicana.
- Por meio da questão da autonomia municipal, que apesar de aparecer mencionada no texto das Constituições Federal e Estadual (ambas de 1891), não acontece de fato. Pois a despeito de gozarem de autonomia para formular leis municipais e organizarem a instrução no âmbito local, o que percebo é que na prática, em Ouro Preto, a Câmara Municipal, até o ano de 1894, se via impossibilitada de efetivar qualquer projeto pela ausência de verbas com esta destinação.
- Ainda pode-se apontar que não obstante a separação entre Estado e Igreja, e a proibição de subvencionamento público para qualquer tipo de culto nas constituições federal e estadual, em Ouro Preto ocorre o contrário. As atuações dos vereadores nos permitem dizer que naquela cidade Poder Público e Igreja atuavam conjuntamente. Além disso, atividades da Igreja Católica receberam suporte financeiro por parte da Câmara.

Sabemos que mudanças de regime político ou social não se efetivam de uma hora para outra e que não se muda a mentalidade ou a estrutura das relações sociais de um momento para outro. Os períodos históricos de grandes mudanças políticas são marcados por contradições, no caso brasileiro não foi diferente.

Apesar de a Constituição Federal prever o laicismo do Estado e, conseqüentemente, o ensino leigo, o que vemos no âmbito local, pelo menos na cidade de Ouro Preto, é justamente o contrário. Naquela cidade prevaleceu a relação de proximidade entre Igreja e Estado, sendo que a Igreja Católica, analisada aqui através da figura do padre-vereador, Camillo Velloso, buscou restaurar o ensino religioso nas escolas já nos primeiros anos do período republicano. Não se contentando apenas em influir nos rumos da educação ouropretana, mas também participando ativamente de outras decisões, que não são, no entanto, de meu interesse neste trabalho.

Considerações Finais

O século XIX foi marcado por mudanças políticas e sociais que alteraram sobremaneira a forma como estava organizada a relação entre Estado e Igreja Católica. A queda do “mundo absolutista” e a ascensão do Estado Moderno fizeram estremecer as relações já complicadas entre aquelas duas instituições, tanto na Europa, como em terras brasileiras. Naquele momento a Igreja Católica se fechou em si mesma, através do Ultramontanismo, numa tentativa de se preservar frente às condições prejudiciais da realidade de um mundo cada vez mais secularizado.

As mudanças ocorridas ao longo do século XIX ecoaram, de maneira intensa, na questão educacional, que até meados daquele século fôra, pelo menos no Brasil, matéria sob responsabilidade da Igreja Católica. Analisar as relações entre Igreja Católica e Estado não é uma tarefa fácil, mais complicado ainda é trabalhar como e em que medida tais relações influenciaram a organização da Educação no Brasil. Muitos foram os historiadores que já se propuseram tal empreitada e muitos ainda serão os que proporão novas perspectivas sobre este mesmo objeto.

Ao propor a minha perspectiva de análise estava preocupada em contribuir com a rica discussão já existente, a partir de um recorte que levasse em conta esta relação no âmbito local.

Antes de partir para a esfera local, me pareceu interessante retomar as discussões historiográficas que se detiveram numa perspectiva nacional e/ou estadual da realidade educacional brasileira, no âmbito das relações entre Estado e Igreja Católica. Levando em conta como a historiografia trabalhou o período aqui analisado, ou seja, os primeiros anos da República.

De maneira simplificadora, mas não simplista, podemos destacar que os trabalhos historiográficos contemplados apontam que apesar de a Constituição Federal de 1891 prever a separação entre Estado e Igreja, promovendo a laicização do estado brasileiro, não é isso que acontece de fato. O caráter descentralizador da nova constituição acabou permitindo que os estados (regiões) dessem uma configuração diferente para a relação entre Estado e Igreja Católica. No estado de Minas Gerais, sobre o qual recaiu nossa atenção, prevaleceu uma relação de proximidade entre a Igreja Católica e o governo mineiro.

Ao me deter no âmbito local das relações entre Estado e Igreja Católica acabei por me deparar com uma realidade bastante contraditória. Esta contradição ficou evidente ao analisar três aspectos do período inicial: o caráter descentralizador do novo governo e a autonomia municipal, a separação entre Estado e Igreja e o ensino leigo.

Sobre o caráter descentralizador da primeira Constituição Republicana, me ative também à autonomia dada aos municípios. Caráter mantido pelas constituições estaduais. Tomei a suposta autonomia municipal para tentar compreender como os municípios organizaram a educação na esfera local. Foi com este intuito que analisei as ações dos vereadores na Câmara Municipal de Ouro Preto. O que encontrei, no entanto, foi um município que apesar de ter autonomia para implementar medidas para promover a instrução pública, não dispunha de meios financeiros para tal empreitada. Isto me levou a propor que a autonomia municipal ficava limitada à questão orçamentária.

Atendo-me à análise das atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, nos primeiros anos pós-Proclamação da República, pretendíamos uma reflexão que desse conta da realidade singular daquela cidade. Chamou-me a atenção a atuação do Padre-vereador Camillo Velloso, parti para a análise desta atuação a fim de entender em que medida suas ações estavam em concordância com o que era proposto pela Igreja Católica e, ainda, para tentar compreender em que medida os demais vereadores compactuavam ou não com o que era proposto por Velloso.

Percebi que em sua atuação política Velloso buscou restabelecer a influência perdida pela Igreja Católica com a mudança de regime. Sendo que a principal medida se deu ao solicitar a restauração do ensino religioso das escolas de Ouro Preto. Decompondo a discussão em torno do ensino religioso, nas atas da Câmara Municipal de Ouro Preto, parece-me que havia entre os vereadores unanimidade sobre a necessidade de se restituir o ensino religioso naquela cidade. Sendo que o presidente da Câmara, o senhor Diogo de Vasconcellos, chegou mesmo a defender abertamente o ensino religioso.

Sobre a atuação de outros vereadores o que percebemos foi que mesmo quando um vereador (Claudionor Quites) contestou a destinação de verbas para uma irmandade religiosa, os demais acabaram defendendo a importância de entidades religiosas e sustentação financeira destas pela Câmara. Ignorando a Constituição Federal, que determinava que nenhum culto religioso deveria receber proventos do Estado.

Ou seja, se do ponto de vista nacional se pregava a separação entre Estado e Igreja, o que encontramos no âmbito das relações locais, na cidade de Ouro Preto, é a permanência desta vinculação.

No que se refere ao ensino leigo, ao contrário do que foi previsto na Constituição Federal de 1891, em Ouro Preto, já nos primeiros anos da República, através da atuação do Padre-vereador Camillo Velloso, buscou-se restabelecer o ensino religioso. O que me leva a apontar que mesmo a Constituição impondo a obrigatoriedade do ensino leigo, o caráter descentralizador do novo regime acabou possibilitando que os municípios dessem uma configuração diferente para o ensino no âmbito local. Sendo que em Ouro Preto, prevaleceu o ensino religioso.

Levando em consideração todos estes apontamentos concluímos que o período aqui analisado foi marcado pela tentativa, por parte da Igreja Católica, de retomar o seu papel de destaque frente ao Estado brasileiro. Na cidade de Ouro Preto esta tentativa fica clara através da atuação do Padre-vereador Camillo Velloso. Sendo a educação o que realmente me interessa neste estudo, aduzi que a Igreja Católica saiu vitoriosa no embate com a nova ordem, pois apesar de prevista a laicização do ensino, em Ouro Preto o que se viu foi o restabelecimento do ensino religioso, graças à atuação do padre-vereador, já nos primeiros anos da nova República.

Fontes

Constituição Federal de 1891.

Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891.

Livro de atas de sessões do Conselho Distrital de Congonhas do Campo – 1890-1894, n. 963, 07 de abril de 1892 (Arquivo Municipal de Ouro Preto).

Livro de atas de sessões da Intendência – 1890-1894, n. 894, 29 de julho de 1891.
ARQUIVO MUNICIPAL DE OURO PRETO.

Referências Bibliográficas

BORGES, Vera Lúcia Abrão. As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em MG: 1892 a 1898. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica.html. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

CAMPOS, Germano Moreira. A administração da Diocese de Mariana no governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). Disponível em http://www.seminariojals.ufop.br/germano_moreira_campos.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

COELHO, Tatiana Costa. A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais, 1844-1875). Disponível em http://www.ichs.ufop.br/ner/images/stories/Tatiana_Costa_Coelho.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

CRUZ, André Silvério. O Pensamento Católico à Procura de Lugar na Primeira República Brasileira. GP: Igreja Católica no Brasil.

Epistolário - 1703 Camillo de Lelles Ferreira V(Pe) Noticias Diversas Ouro Preto 1890 (Arquivo da Cúria Ouro Preto).

Glossário HISTEBER. Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR). Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/u.html>. Acesso 04 de dezembro de 2011.

GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. Dissertação Centro Universitário Assunção Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. São Paulo, 2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. In: História da Educação (UFPel), v. 13, p. 159-185, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Igreja e Estado na Primeira República: relações eclesiástico-políticas em Minas Gerais. In; MANOEL, Ivan A. & ANDRADE, Solange Ramos de (org.). *Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas*. Franca: UNESP, 2010, p. 89-115.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e Educação na Primeira República. In: 25ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Anped, 2002, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu: Anped, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/wojciechandrzejkuleszat02.rtf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MELO, Carlos Wellington Martins de. *A nação é católica: educação e cidadania nas primeiras décadas republicanas (1890 a 1930)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Franca, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Marcos de Oliveira. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro: Scielo Brasil, Out./Dez. 2004, vol. 12, nº 45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a03.pdf>. Acesso em 04 de dezembro de 2011.

QUERIDO, Débora Maria Marcondes. *Os Salesianos na construção de um espaço urbano: o Liceu Coração de Jesus em São Paulo nos finais do século XIX*. In: GEHER – Grupo de Estudos História da Educação e Religião. Disponível em: www.geher.fe.usp.br. Acesso em 04 de dezembro de 2011,

SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria; ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.